

Estudo Técnico Preliminar 36/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.333193/2023-11

2. Descrição da necessidade

2.1 O objeto da presente demanda refere-se a contratação de serviço de concessão de (01) uma CNH categoria D-PCD/Especial (carro adaptado e/ou automático), bem como taxa Exerce Atividade Remunerada (EAR), taxa de exame toxicológico, taxa de emissão de CNH, taxa exame médico e taxa exame psicotécnico, destinado a segurado em Programa de RP, no âmbito da Superintendência Regional Sul do Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva de Cascavel/PR.

2.2 A contratação se justifica pela necessidade de cumprimento das obrigações legais do INSS, especialmente as expressamente constantes dos arts. 89 e 90 da Lei nº 8.213, de 24/7/1991, arts. 136 e 137 do Decreto nº 3.048, de 6/5/1999, Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022 e, em complemento à mesma, a Portaria DIRBEN/INSS n.º 999, de 28 de março de 2022, que aprova o Livro X das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios e a Portaria DIRBEN/INSS n. 1.130, de 28 de abril de 2023 que altera a portaria anterior, disciplinando os procedimentos e rotinas de reabilitação profissional no âmbito da área de benefício do INSS.

2.3 O Instituto Nacional do Seguro Social, através do serviço de Reabilitação Profissional desenvolve importantes ações na política de inclusão social dos segurados da Previdência Social. A clientela principal do programa são pessoas que, após doença ou acidente de qualquer natureza e causa, tiveram sua capacidade laborativa reduzida e necessitam ser habilitadas para exercer outra atividade que respeite sua nova condição de saúde. Para que ocorra a reintegração ao mercado de trabalho são necessárias várias ações, sendo esta a área de atuação da equipe de Reabilitação Profissional do INSS.

2.4 A qualificação profissional constitui-se em uma forma de preparação dos segurados para o exercício de novas atividades laborativas compatíveis com suas limitações, aptidões e experiências, visando a reinserção no mercado de trabalho e a reintegração na vida comunitária, o que reduz o tempo de permanência dos segurados nos benefícios por incapacidade e gera economia nos gastos previdenciários.

2.5 Em outras palavras, o não fornecimento dos cursos de qualificação profissional traz prejuízos ao desenvolvimento do processo de reabilitação profissional e reinserção dos segurados no mercado de trabalho, impossibilitando assim o cumprimento dos objetivos do Programa.

2.6 A permanência destes casos em benefício por incapacidade temporário ou permanente, ainda, acarreta custo ao erário já que a cessação de tais benefícios é condicionada a conclusão do programa. Assim, a Reabilitação Profissional viabiliza o retorno da maior parte desses segurados ao mercado de trabalho, o que resulta em redução no custos de pagamento de benefício e aumento do recebimento de contribuição evidenciária, uma vez que esses beneficiários readquirem a condição de contribuinte.

2.7. O INSS não dispõe em sua estrutura de capacidade física e técnica para preparação e qualificação profissional de seus beneficiários em Programa de Reabilitação Profissional, fazendo-se necessária a contratação de empresas especializadas.

2.8. Cabe frisar que a disponibilização de vagas de cursos nos programas de gratuidades, bem como aquelas previstas em processos de acordos de cooperação técnica em andamento são insuficientes para atender à demanda existente para qualificação no âmbito do Programa de Reabilitação Profissional.

2.9 Desta forma, os serviços são necessários e imprescindíveis para garantir o atendimento da demanda de segurados acompanhados pela equipe de Reabilitação Profissional desta Superintendência Regional Sul, para retorno ao mercado de trabalho, garantindo assim a eficácia do programa.

2.10 Ante ao exposto, justifica-se a essencialidade do objeto da presente contratação e o relevante interesse público, no tocante ao Programa de Reabilitação Profissional, conforme o art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Reabilitação Profissional da Superintendência Sul	Letícia Lopes Soares
Coordenação de Benefícios da Superintendência Regional Sul	André Luís Pontes
Gerência Executiva Cascavel - PR	Adriano Souza Dourado

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O serviço a ser contratados enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 21/09/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2 O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum, não continuado, no entanto não será utilizado o pregão e sim a inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em virtude da contratação de serviço prestado por fornecedor exclusivo.

4.3 No âmbito da Superintendência Regional Sul consta em planejamento outro processo de Contratação Direta, de mesma natureza do objeto em questão, para o exercício financeiro do ano de 2023, porém sob Dispensa de Licitação, SEI 35014.104247/2023-24.

4.4 O contratos terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, com base no art. 6º, Inciso XVII, da Lei nº 14.133 /2021.

4.5. A instituição deve estar preparada para acolher todas as formas de deficiência contando com acessibilidade plena conforme a Lei nº 10.098 de 19/12/2000.

4.6 De acordo com a Lei 14.071/2020 (Código de Trânsito Brasileiro), os condutores das categorias C, D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação, e não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos doze meses.

4.7 Em caso de reprovação do segurado nos exames, teórico e/ou prático, caberá a realização de termo aditivo, para complementação de recurso orçamentário e assim pagamento de novas taxas, apenas quando não configurada a recusa passiva ao Programa de Reabilitação Profissional. Nesta situação, o Profissional de Referência deverá apresentar justificativa fundamentada. Nas demais situações, o ônus ficará a encargo do próprio interessado, devendo o mesmo responsabilizar-se pelos custos junto ao Centro de Formação de Condutores /DETRAN.

4.8 A contratada deverá:

4.8.1 Estar regular com a documentação referente à habilitação, ou seja, os seguintes cadastros:

4.8.1.1 SICAF;

4.8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

4.8.1.4 Certidão de comprovação da regularidade trabalhista.

4.9 A Consulta aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de

ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Os Centros de Formação de Condutores são escolas credenciadas pelos departamentos de trânsito, que têm por objetivo a capacitação do cidadão para a condução de veículo automotor, mediante a aplicação de aulas teóricas e práticas, para a obtenção da CNH. Tal habilitação consiste em pré-requisitos para determinadas atividades profissionais, além de ampliar as possibilidades junto ao mercado de trabalho, o que vem de encontro aos objetivos da Reabilitação Profissional.

5.2 Os valores praticados pelos Centros de Formação de Condutores seguem padronização fixada pelo DETRAN, assim estes devem estar em consonância com os praticados no mercado.

5.3 O levantamento de mercado tem a finalidade de identificar quais as soluções existentes atendem aos requisitos da contratação. Em relação aos itens a serem contratados, cabe ressaltar que o Departamento de Trânsito de cada estado fixa os valores das taxas correspondentes aos seus serviços, bem como credenciam os Centros de Formação de Condutores e instituições/entidades que realizam a capacitação do cidadão para a condução de veículo automotores, além do credenciamento de laboratórios para a realização do exame toxicológico.

5.4 A pesquisa foi realizada junto aos DETRAN estaduais (Paraná, Santa Catarina e São Paulo) para identificação dos Centros de Formação de Condutores credenciados, contato telefônico junto aos fornecedores e sítios eletrônicos. Os valores expressos não incluem a taxa de Exerce Atividade Remunerada - EAR, Exame Toxicológico, Exame médico especial, nem taxa de emissão de CNH portanto cobrados a parte. Assim, os valores correspondentes ao EAR, Exame médico especial e a taxa de emissão de CNH foram obtidos unicamente através do sítio eletrônico do DETRAN/SP, já o Exame Toxicológico em sítio eletrônico especializado.

5.5 Em consulta aos Centros de Formação de Condutores, identificou-se que, embora as empresas estejam habilitadas para a formação de condutores na categoria D especial, estas não dispõem de veículo adaptado, sendo as aulas realizadas no próprio automóvel do aluno. De todas as referências levantadas, apenas a Autoescola Javarotti, no município de São Paulo/SP, atende à necessidade da presente contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A qualificação profissional através da oferta de cursos profissionalizantes, como a concessão de CNH - Carteira Nacional de Habilitação, suas trocas de categorias e cursos especializados, constitui-se em uma forma de preparação dos segurados para o exercício de novas atividades laborativas compatíveis com suas limitações, aptidões e experiências, visando a reinserção no mercado de trabalho e a reintegração na vida comunitária, o que reduz o tempo de permanência dos segurados nos benefícios por incapacidade e gera economia nos gastos previdenciários.

6.2 Ressalta-se que, embora a Formação de Condutores seja caracterizada como um serviço de educação, as instituições de ensino autorizadas e credenciadas junto ao Detran constituem atividade econômica distinta dos demais cursos de qualificação, conforme classificação da subclasse do CNAE (8599-6/01).

6.3 A equipe de Reabilitação Profissional considera que esta contratação obedece aos preceitos e recomendações, como também nos permite manter a qualidade do serviço prestado, bem como, principalmente atender ao contido no art. 62 da Lei 8.213 de 24/11/1991 que dispõe: Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez.

6.4 A pretensa contratação atende aos quesitos legais e aos interesses da instituição, em sua missão que é: "Garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com objetivo de promover o bem estar social."

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. CATEGORIA D - (PCD/especial): Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame teórico e 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida (com direito a uma remarcação do teste caso não passe no primeiro exame); 01 (um) Exame toxicológico a ser repassado para clínica especializada; 01 (uma) Taxa Exerce Atividade Remunerada - EAR e 01 (uma) Taxa de emissão de CNH. Ressalta-se que a contratação deverá ser realizada com CFC que disponha de carro adaptado, considerando se tratar de CNH PCD/Especial Cat D.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.437,43

8.1 Estimativa de valores para a contratação:

RECURSO	CFC	EX. TOXICOLÓGICO	EX. MÉDICO ESP.	EX. PSICOTÉCNICO	emissão CNH	EAR	TOTAL
CATEGORIA D - (PCD /especial)	R\$ 4.775,00	R\$ 160,67	R\$ 113,06	R\$ 131,90	R\$ 124,06	R\$ 131,90	R\$ 5.437,43

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Por se tratar de dispensa de licitação, já justificada nos itens 4, do campo "Necessidade" e no item 6 do campo "Solução", não há que se discorrer sobre os parâmetros norteadores principais para o parcelamento do objeto /solução, quais sejam, ganho em escala e competitividade.

9.2 A eventual divisão do serviço a ser contratado, entre instituições, causaria uma inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda da economia de escala.

9.3 Além disso, a divisão da contratação por instituições tornaria a fiscalização mais onerosa para o INSS, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face do reduzido quadro de servidores. Logo, é proficiente aprofundar sobre a gestão do contrato a ser celebrado entre as partes, com vistas a melhor forma coordenação e controle por parte da Administração.

9.4 Afora os aspectos técnicos, fica sopesada a dificuldade na execução da contratação de forma parcelada, haja vista que o objeto da presente contratação prescrevem padronização e regularidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há em vigor contratação correlata/interdependente com o objeto em questão no âmbito da Superintendência Regional Sul.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação do presente serviço está alinhada com os objetivos contidos no Mapa Estratégico do INSS para o quadriênio 2020/2023, aprovado pela Resolução nº 2/CEGOV /INSS de 31 de dezembro de 2019, quais sejam: aperfeiçoar a aplicação dos recursos; e garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários. Além disso, a contratação encontra respaldo no Plano de Ação para o ano de 2023, aprovado pela Resolução nº 15/CEGOV /INSS, de 24 de janeiro de 2022, e ratificado pela Resolução nº 26/CEGOV/INSS, de 27 de dezembro de 2022, que apresenta como objetivo estratégico “aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral”.

11.2 Conforme Relatório de Itens do Plano de Contratações Anual - PCA 2023, UASG 510181, DFD 10/2022, Anexo II, o valor aqui encontrado faz parte da Programação Orçamentária da Reabilitação Profissional da Superintendência Regional Sul/Reabilitação Profissional.

11.3 Cumpre informar que, o Plano Diretor de Logística Sustentável do Instituto Nacional do Seguro Social está em fase de construção, processo SEI 35014.411903/2021-81. Desta forma, não há que se falar em conformidade no presente processo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa ao INSS, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação de mão de obra especializada, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

12.2 Ressalta-se os benefícios diretos e indiretos almejados pelo INSS com a contratação, entre os quais a economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Tais benefícios serão obtidos pelo fato de que a conclusão do curso para o segurado é essencial para que o mesmo tenha condições de cumprir o Programa de Reabilitação Profissional garantir sua reinserção no mercado de trabalho.

12.3 Além disso, ao favorecer o retorno do segurado ao mercado de trabalho a partir da qualificação profissional, verifica-se como benefícios da contratação a economia nos gastos públicos com benefícios por incapacidade, uma melhor eficácia e eficiência do Programa de Reabilitação Profissional, e, assim, o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para a pretensa contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente do INSS, considerando que as atividades de execução serão desenvolvidas em unidade própria da empresa contratada.

13.2 O INSS nomeia servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Setorial, estes dois últimos conforme a necessidade, nos termos da IN/SEGES/MP nº 05/2017, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessários à perfeita execução do objeto.

13.2.1 Para a indicação dos servidores que atuarão como Gestor e Fiscal Técnico, a gestão deve considerar a necessária capacitação ou conhecimento técnico na área do contrato

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não verifica-se neste processo impactos ambientais. A empresa contratada deverá estar atenta às práticas de sustentabilidade ambientais previstas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

14.2 Em consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU, não foi identificado que a atividade objeto desta licitação se enquadra como atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação configura-se técnica e economicamente viável, uma vez que atende as necessidades da Reabilitação Profissional da Superintendência Regional Sul.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 15:10:36.

JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 15:10:13.

LETICIA LOPES SOARES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 15:55:58.